

A MULHER EXCLUÍDA E O TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA EM BELO HORIZONTE

*Bárbara Néri Moreira
Eliza de Carvalho
Fernanda de Lazari Cardoso
Isabella Gonçalves Miranda
Júlia Leite
Juliana Roela Saraiva
Luiz Philipe De Caux
Pedro Mendes Rufino Barbosa
Sielen Barreto Caldas
Tamara Regina Caldeira Moraes
Vinícius Cunha Barcelos*

RESUMO

O objetivo do presente artigo é apresentar a experiência do Projeto Saia da Rua, de formação de uma cooperativa popular sob os moldes da economia solidária com mulheres que vivem, trabalham, e/ou retiram seu sustento das ruas de Belo Horizonte. Serão apresentadas algumas observações de cunho sociodemográfico sobre o público, uma avaliação dos avanços e dificuldades enfrentadas na consecução dos objetivos e uma reflexão sobre as perspectivas do projeto. Para tanto, serão feitos alguns esclarecimentos teóricos preliminares que embasaram e indicam as diretrizes metodológicas seguidas.

PALAVRAS-CHAVE: mulher; trabalho; rua; economia solidária.

ABSTRACT

The objective of this article is to present the experience of the *Saia da Rua* Project of formation of a popular co-operative association in the moulds of solidary economy with women who live, work and/or obtain their sustenance from the streets of Belo Horizonte. There will be presented some socio-demographic observations about the public, an evaluation of the progresses and difficulties faced in the attainment of the purposes and a reflexion on the perspectives of the project for the year of 2009. For that, there will be made some theoretical preliminary explanations that based and indicate the methodology followed.

KEYWORDS: women; work; street; solidary economy.

1 INTRODUÇÃO

Na raiz da formação da sociedade brasileira está um profundo processo de exclusão da maior parte de sua população. Entre as mais fundamentais marcas desse processo, nota-se a desigualdade social e a discriminação contra a mulher. A desigualdade é uma questão estrutural da sociedade brasileira, reflexo das opções de desenvolvimento que, em regra, privilegiaram elites econômicas. A discriminação contra a mulher é marca cultural das relações privadas e públicas e se manifesta na subordinação da mulher, no machismo, no patriarcalismo e em suas diversas variantes. Essas duas dimensões de exclusão – a primeira, no âmbito da redistribuição, a última, no do reconhecimento – se cruzam quando se trata das mulheres que vivem e/ou trabalham nas ruas das grandes metrópoles.

Essa é uma situação inaceitável do ponto de vista dos direitos humanos. Estes são indivisíveis e interdependentes entre si, de modo que é na efetivação de direitos que se garante a realização de outros. Considerando que os direitos humanos são historicamente construídos de acordo com as necessidades humanas em determinado contexto, deve-se atribuir ao trabalho a condição de direito humano indispensável para a efetivação de outros direitos, como moradia, alimentação, lazer etc.

O fomento a projetos de inclusão produtiva, destinados às mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social constitui, assim, um eixo norteador de proteção aos direitos humanos. Esses estímulos visam à promoção de autonomia e protagonismo social, político e econômico das mulheres. As ações de inclusão produtiva devem desenvolver-se nessa direção constituindo-se em um importante instrumento na estratégia de promover e/ou fortalecer a participação social da mulher em sua comunidade.

Diante dessas constatações, o Programa Polos de Cidadania (Polos), da Faculdade de Direito da UFMG, pôs em atividade, no início do ano de 2008, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapemig), o Projeto “A Pesquisa-ação na Constituição de Cooperativas Populares de Produção Artesanal”, voltado, em Belo Horizonte, para a geração de trabalho e renda para mulheres excluídas.

Ao longo desse artigo será feita uma discussão sobre a experiência das primeiras atividades desse projeto, também conhecido como “Saia da Rua”. Pretende-se partilhar os conhecimentos adquiridos na prática de trabalho e pesquisa de campo, com vistas a dar maior publicidade a esse tipo de ação, contribuindo para outras eventuais atividades similares que estejam ou que venham a ser desenvolvidas.

2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Constituição Federal Brasileira, no *caput* do art. 207, estabelece que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Este preceito faz com que as universidades orientem-se, necessariamente, pela associação e integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A universidade é detentora de conhecimento, que é transmitido aos seus estudantes por meio do ensino, renovado e aprimorado com a pesquisa, além de ser socializado e difundido à comunidade em geral, por meio da extensão. Ao possibilitar a aplicação prática do que é ensinado, a extensão complementa a formação dos estudantes ao mesmo tempo em que estes colaboram na democratização do conhecimento. As três atividades, então, atuam de forma sistêmica: são dependentes e complementares.

Os problemas sociais são complexos e estão em constante transformação, o que torna necessário que o ensino não se baseie num mundo estático. A universidade deve preparar os estudantes para que sejam capazes de identificar problemas futuros e desenvolver novas técnicas para sua solução. O trabalho intelectual original e criador deve estar sempre além dos problemas imediatos e estar voltado para o atendimento das demandas sociais.

A extensão universitária deve ser vista como uma forma de interação entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. A universidade consome um volume considerável de recursos, sendo razoável que seus beneficiários (professores, funcionários e estudantes) retribuam à sociedade por meio da aplicação concreta do conhecimento científico. Essa colaboração não é apenas justa como também útil, pois o conhecimento científico não é bem destinado se

deixado apenas à produção de livros e artigos. Quando interage efetivamente com a sociedade, a universidade é retroalimentada com o aprendizado sobre as necessidades e anseios sociais. Evidencia-se, assim, um intercâmbio de conhecimentos, posto que ambas são detentoras de saberes. Por meio da extensão, a universidade leva à comunidade os conhecimentos que adquire com a pesquisa e os transmite pelo ensino, enquanto aprende seus valores e cultura, que deverão ser respeitados no planejamento e execução de suas atividades.

2.1 O PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA

Criado em 1995, como um projeto institucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, o Polos, por sua metodologia, tem possibilitado a inter-relação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, para a defesa, promoção e efetividade dos direitos fundamentais e de cidadania.

Interinstitucional e interdisciplinar, o Polos atua em parceria com outras instituições públicas e privadas de ensino superior e da administração pública e envolve graduandos, pós-graduandos e profissionais de Direito, Ciências Sociais, Comunicação, Economia, Psicologia, Arquitetura, Administração, Serviço Social, Urbanismo e Teatro.

A metodologia do Polos, da qual se tratará detidamente mais adiante, é qualitativamente diferenciada e fundamenta-se no relacionamento permanente entre investigações e atuação social, com entrecruzamento e retroalimentação de seus resultados. A característica marcante dessa metodologia é o envolvimento ativo da própria comunidade em uma atuação interativa e emancipadora, com o objetivo de redução dos índices de pobreza urbana e de riscos sociais. Dessa forma, a pesquisa passa a ser

um elemento de transformação e os integrantes das comunidades sujeitos ativos e não meros destinatários de ações externas.

O Polos, por sua complexidade, estrutura-se a partir de projetos. Estes podem ser renovados e recriados de acordo com demandas de interesse público, formuladas diretamente por comunidades ou por instituições governamentais e não governamentais. Seus projetos atuais, além do Saia da Rua, são: a) Projeto Núcleo de Mediação e Cidadania (NMC), que desenvolve o processo de mediação e de discussão coletiva de problemas, possibilitando o acesso à Justiça por meio da resolução extrajudicial de conflitos, com atuação direta nos aglomerados da Serra e Santa Lúcia, em Belo Horizonte; b) Projeto Vila Acaba Mundo, que desenvolve ações que promovem a sustentabilidade da regularização fundiária e a geração de renda estável para a população da Vila Acaba Mundo (Região Centro-Sul de Belo Horizonte); c) Projeto Mosaico, que trata da incubação de cooperativas e associações para o fortalecimento de grupos de mulheres e jovens na geração de trabalho e renda na região do Médio Vale do Jequitinhonha; d) Trupe “A Torto e a Direito”, montagem e apresentação de peças teatrais (com dramaturgia específica de teatro de rua), para a mobilização social e cultural de grupos sociais, ampliando a discussão de temas relacionados com os direitos humanos e difusos e que sejam relevantes para essa população; e) Projeto Escola que Protege: Qualificação de professores da rede pública municipal de ensino para lidar de maneira adequada e responsável ante a violência na escola.

2.2 A METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO

Uma das metodologias de pesquisa adotadas pelos projetos do Polos é a pesquisa-ação, por ajustar-se perfei-

tamente com a sua proposta de aliar pesquisa e extensão universitária. Tripp (2005, p. 447) a define como “uma técnica de investigação-ação¹ que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”. A definição de Michel Thiollent traz um elemento fundamental a mais, a *participatividade*, sendo a mais adequada para expressar a metodologia utilizada no Polos:

“Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2000, p. 14)”.

A primeira característica da pesquisa-ação é sua natureza cíclica. Pesquisa e ação, os dois polos do processo, se retroalimentam permanentemente, de modo que os resultados de uma são determinantes para os rumos da outra. Tendo em vista um problema prático coletivo identificado, planeja-se uma ação para solucioná-lo. Realizada essa ação, seus efeitos são monitorados e descritos, e a avaliação feita servirá para o planejamento da próxima. Obviamente, o ciclo não é sempre rigidamente seguido e muitas vezes ação e pesquisa não são completamente distinguíveis. Todavia, o entrecruzamento entre os resultados das ações e da pesquisa é marca sempre presente. A pesquisa-ação cumpre, assim, dois objetivos: um “prático”, de solução de um problema de determinada coletividade e um “teórico”, de produção de saber. Desse modo, a pesquisa-ação torna-se importante instrumento para a extensão associada à pesquisa, potencializando a atividade universitária. Outra característica da pesquisa-ação é a interação entre os pesquisadores e as pessoas envolvidas no problema, que deve ser, como afirma Thiollent, “representativo da situa-

ção”. O envolvimento ativo dessas pessoas é de grande importância para a qualidade dos resultados, tanto da pesquisa quanto da ação. A pesquisa-ação ganha assim uma dimensão emancipatória, ao construir resultados por meio do diálogo e da partilha de conhecimentos. Freire já afirmava que a única libertação possível é a libertação em comunhão:

“A ação libertadora [...], reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é a doação que uma liderança, por mais bem intencionada que seja, lhes faça. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho –, também não é libertação de uns feita por outros” (FREIRE, 1974, p. 58)”.

Nesse processo intersubjetivo, o conhecimento produzido também é de diferente matiz do conhecimento acadêmico tradicional, uma vez que “entre pesquisadores e participantes do problema coletivo, não deve haver imposição de concepções próprias” (GUSTIN e DIAS, 2006, p. 106). O saber acadêmico não deve se sobrepor ao das pessoas envolvidas diretamente no problema. Caso contrário, não haveria, de fato, um diálogo, e, ao invés de emancipação intersubjetivamente produzida, haveria a tutela de um grupo a outro. Leva-se em conta, dessa forma, o fato de que a hierarquia entre o saber acadêmico e o do senso comum é, muitas vezes, aparente e fruto de relações de poder. Além disso, como afirma Boaventura de Sousa Santos:

“Uma vez que nenhuma forma singular de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas elas são, de diferentes maneiras, incompletas. A incompletude não pode ser erradicada porque qualquer descrição completa das variedades de saber não incluiria a forma de saber res-

ponsável pela própria descrição. Não há conhecimento que não seja conhecido por alguém para alguns objetivos (SANTOS, 2008, p. 88-89)”. O conhecimento produzido por meio da pesquisa-ação é, assim, um conhecimento que vai muito além do positivismo acadêmico, e, portanto, inovador. A característica mais importante desse tipo de pesquisa, dessa forma, é que o conhecimento produzido é, ao mesmo tempo, benéfico para os envolvidos no problema, que o tem resolvido de forma consciente, e para a equipe pesquisadora, cuja pesquisa é renovada pelo intercâmbio de saberes.

3 SAIA DA RUA

A população que trabalha nas ruas das grandes cidades brasileiras enfrenta diversos problemas como a falta de moradia e trabalho estáveis, além de estar sujeita a diversos tipos de violências, preconceitos e outros tipos de violação à sua dignidade e direitos em geral. Diante desse cenário, o Polos constatou a necessidade de atuar em favor da melhoria da capacidade organizativa e da consequente promoção da autonomia dessa população.

O Projeto Saia da Rua foi pensado visando à efetivação dos direitos humanos de mulheres que trabalham e tiram seu sustento das ruas de Belo Horizonte, tais como catadoras de materiais recicláveis, vendedoras ambulantes e profissionais do sexo. O objetivo do projeto é fomentar entre essas mulheres a constituição de cooperativas de produção que gerem trabalho e renda e que possam, ao mesmo tempo, se converter em espaços democráticos de organização do trabalho de forma a promover a autonomia, o estabelecimento de laços de cooperação e solidariedade entre elas e a inserção do grupo de forma mais ativa na esfera comunitária, permitindo com isso, a sua inclusão no âmbito das decisões po-

líticas da sociedade. Dessa forma, pretende-se reverter, ou ao menos atenuar, o quadro de miséria e exclusão social em que essas mulheres se encontram e criar condições para a emancipação e o reconhecimento destas como cidadãs.

O nome Saia da Rua se originou de um jogo com a palavra “saia”, cuja finalidade é indicar tanto o verbo “sair” quanto o item de vestuário feminino. Isso porque a pretensão inicial do projeto, e que veio a se confirmar depois, era a incubação de uma cooperativa de *moda* com as mulheres trabalhadoras de rua, que possibilitasse uma melhoria de vida, seja para aquelas que querem uma nova profissão, seja para as que entendam a cooperativa como um complemento de renda.

Vale ressaltar que o Saia da Rua é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e trabalha em parceria com a Pastoral de Rua de BH, com o Fórum de População de Rua de BH e com a Associação Municipal das Profissionais do Sexo.

3.1 TRÊS ELEMENTOS

O Saia da Rua alia três eixos temáticos em seu trabalho: economia solidária, o trabalho na rua e a questão de gênero.

3.1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social e emancipação de grupos historicamente sujeitos à exploração econômica. A concepção de um trabalho realizado de forma solidária e cooperativa, de uma certa forma, quebra a ideologia individualista da modernidade e abre espaço para a constituição de laços sociais que fortaleçam as comunidades que adotam essa forma de produção.

A Economia Solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Ela implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, apontando, assim, para o desenvolvimento sustentável. Na economia em moldes solidários, o ser humano é considerado em sua integralidade como sujeito e finalidade das atividades econômicas.

Segundo Paul Singer, titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego a economia solidária pode ser definida como:

“(…) um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática (...) (SINGER, 2008, p. 289)”.

Dessa forma, a Economia Solidária pode ser vista como um meio de produção que amplia os espaços de atuação democrática. O indivíduo em situação de igualdade e conferido de responsabilidade para com o grupo, passa a possuir maiores oportunidades de exercer o seu potencial criativo através da elaboração de soluções para os diversos problemas e desafios da administração autônoma do trabalho. Nesse sentido, aponta-se como aspecto relevante a horizontalidade, ou seja, a não distinção da importância das funções. Cada sócio, independente do setor pelo qual ficou responsável, tem direito a um voto com o mesmo valor de todos os outros. É o inverso do que ocorre nos empreendimentos heteroges-

tionários, nos quais os que exercem funções de maior notoriedade têm autoridade sobre os demais. Outro aspecto a se destacar é que nestas empresas, em geral, o nível de participação das pessoas está limitado ao capital investido, enquanto nas de gestão solidária há a prevalência do retorno econômico em função do trabalho desempenhado.

Considerando essa concepção, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão e da igualdade entre os seus sócios.

3.1.2 O TRABALHO NA RUA

As necessidades básicas da população que trabalha nas ruas das cidades brasileiras são evidentes. Muitas vezes esses trabalhadores não têm acesso sequer a moradias adequadas e nem a trabalho e renda sustentáveis e estáveis. Além dos riscos e dos danos a que estão sujeitos, em razão destas necessidades, essa população está exposta, ainda, a inúmeras violências, preconceitos e violações aos seus direitos individuais e sociais. Os direitos humanos e fundamentais dessas camadas mais pobres ainda são pouco reconhecidos e respeitados, levando a uma perda crescente de esperança desses segmentos excluídos de obterem bem-estar.

Em relação à ocupação, uma das principais características dessa população é o fato de sobreviver a partir de atividades produtivas bastante diversas e heterogêneas desenvolvidas nas ruas. Dentre as atividades apontadas como forma para os que vivem na rua ganharem dinheiro, destacaram-se, de acordo com o 2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006, p. 55), a catação de material reciclável (42,8%), “flanelinhas” (13%) e “pedir esmola” (9%).

Dentre as profissões descritas pelo Censo, as que registram as maiores frequências foram aquelas relacionadas à prestação de serviços pouco qualificados (*ibidem*, p. 58).

O mesmo Censo registra um dado relevante: em relação à pergunta “Qual é o seu maior desejo?”

“(…) foi também externada a intenção de ter trabalho ou emprego, em 24,1% das respostas. Muitas vezes as atividades realizadas, como a coleta de materiais recicláveis, não são reconhecidas pelos próprios moradores como um ‘trabalho’, apesar de prestarem um importante serviço à sociedade (*ibidem*, p. 66)”.

O pouco valor atribuído pelos trabalhadores de rua ao próprio trabalho é um reflexo daquele que a sociedade lhes dá. Frente a essa situação de ~~falta de reconhecimento~~, acredita-se que a economia solidária é uma importante ferramenta de valorização, tanto por possibilitar a inclusão social advinda da geração de renda, quanto pelo reconhecimento próprio possibilitado através de uma formação autogestionária e horizontal das relações.

3.1.3 GÊNERO

A (re)construção do papel da mulher na sociedade (pós)moderna ainda representa um grande desafio àqueles que se dedicam aos estudos de gênero. A despeito de tudo o que já se pensou e produziu de teoria e ações feministas, de Simone de Beauvoir e queima de soutiens aos últimos números do Cadernos Pagu, a opressão da mulher e desigualdade entre os sexos continuam vivos e bem alimentados na sociedade. Nesse sentido, são necessários empreendimentos para a superação dessas distorções sociais entre os gêneros que continuam mais que urgentes.

Michelle Rosaldo, antropóloga pós-moderna, já apontava que:

“Toda sociedade conhecida reco-

nhece e elabora algumas diferenças entre os sexos e embora haja grupos onde os homens vestem saias e as mulheres calças, em todo lugar há tarefas, maneiras e responsabilidades características, especialmente associadas com as mulheres ou com os homens (ROSALDO, 1979, p. 35)”.

Em outras palavras, essas diferenças entre os sexos produziram atribuições e significados específicos do que se espera de um homem e de uma mulher². Por isso, que durante muitas décadas, e aqui tomemos em especial o período dos “Anos dourados”³, a mulher se viu aprisionada ao papel de “esposa devotada ao marido”, sempre entregue às atividades domésticas e aos filhos, e a quem atribuíam-se traços de personalidade como a “meiguice, a ingenuidade, a modéstia e a profunda dedicação à família, à ordem e à religiosidade” (CASTRO, 2005, p. 93)⁴. E, em oposição a este estereótipo da mulher, edificava-se um homem provedor, ambicioso, viril, responsável pelo trabalho e pelas conquistas da família. Esses diferentes papéis de homem e mulher foram durante muito tempo entendidos como resultantes de diferenças naturais entre os sexos. Como, por exemplo, a agressividade do homem era justificada pelos seus instintos e níveis de testosterona, ao passo que a docilidade da mulher era entendida também como um traço natural. Somente com o refinamento dos estudos de gênero é que esse discurso determinista biológico deixou de ser hegemônico nas ciências sociais. Foram, sobretudo, trabalhos como os de Margaret Mead que se contrapuseram a essa “cilada da diferença”⁵. Em sua análise de três sociedades primitivas, a antropóloga assinala:

“Consideramos, até agora, em particular, as personalidades aprovadas de cada sexo, entre três grupos primitivos. (...) [Entre os Arapesh] encontramos homens, assim como mulheres, treinados a ser cooperativos, não agressivos, suscetíveis às necessidades e exigências alheias. Não achamos ideia de que o sexo

fosse uma poderosa força motriz quer para os homens quer para as mulheres. Em acentuado contraste com tais atitudes, verificamos, em meio aos Mundugumor, que homens e mulheres se desenvolviam como indivíduos implacáveis, agressivos e positivamente sexuados, com um mínimo de aspectos carinhosos e materiais em sua personalidade. (...) Na terceira tribo, os Tchambuli, deparamos com verdadeira inversão das atitudes sexuais de nossa própria cultura, sendo a mulher o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa menos responsável e emocionalmente dependente. (MEAD, 1988, p. 267-268)”. Essa construção social das diferenças entre os sexos legitimadas e perpetuadas por meio das relações da sociedade e estereótipos de gênero acabou por excluir a mulher das esferas de poder, estando esta pouco ou nada incluída nos processos de tomada de decisões relevantes à sociedade. Entretanto, com a ascensão de novos valores e crenças, bem como os reflexos promovidos pela intensificação da ditadura das relações de consumo na sociedade pós-moderna, uma nova mulher vem sendo lapidada. Uma mulher que – embora se esforce para superar a beligerância que marcou o movimento feminista na década de 70 – ainda luta contra a hegemonia masculina. Atualmente, os órgãos governamentais buscam incorporar uma nova concepção da autonomia feminina como é perceptível pela postura adotada pelo II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres segundo o qual:

“Deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país, e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social (BRASIL, 2008, p. 29-30)”.

No entanto, para promover uma verdadeira autonomia feminina é neces-

sário que se extrapole o campo das leis e passe para práticas localizadas que visem promover a emancipação das mulheres.

3.2 AVANÇOS E DIFICULDADES DO PROJETO

Uma vez exposto todo o contexto, tanto o fático quando o teórico e metodológico, pode-se passar ao relato da experiência do Projeto Saia da Rua em seu primeiro ano de trabalho. Logo no início, revelou-se o primeiro e maior desafio da equipe, que foi encontrar um grupo para junto do qual fosse possível desenvolver sua pesquisa-ação. Para tanto, foi prevista a feitura de um diagnóstico sociodemográfico com dois objetivos: a) compreender melhor a realidade do tipo de público do projeto, isto é, mulheres que trabalham ou retiram o sustento de alguma forma das ruas de Belo Horizonte, orientando a coleta de dados para as áreas de interesse do projeto, especialmente gênero e trabalho; b) travar o primeiro contato pessoal com potenciais companheiras de trabalho e pesquisa, ou seja, as mulheres que poderiam vir a formar uma cooperativa.

Devido ao pequeno número de estagiários face ao tempo e abrangência geográfica necessários para atingir parte significativa das trabalhadoras de rua de Belo Horizonte, foi constatada a impossibilidade de se realizar a pesquisa-diagnóstico, saindo diretamente às ruas para realizar entrevistas. Assim, em consonância com a metodologia da pesquisa-ação, que, de acordo com Thiollent (1999, p. 84), demanda “que haja apoio, pelo menos em termos relativos, do movimento, da organização social, cultural, educacional, sindical ou política na qual está concentrada”, decidiu-se que o contato com as potenciais participantes da pesquisa se daria por meio da intermediação de instituições relevantes que lidam com a temática.

Foram, então, realizadas visitas e, por conseguinte, fortalecido o contato com diversas entidades de Belo Horizonte, tais como os diversos abrigos e repúblicas de população em situação de rua, associações de ambulantes, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pastorais ligadas ao tema (Pastoral de Rua e Pastoral da Mulher), Movimento de População de Rua, associações das profissionais do sexo (a municipal e a estadual), Gapa (Grupo de Apoio e Prevenção à Aids) etc. Além disso, aplicaram-se questionários e realizaram-se discussões com as mulheres, a partir da intermediação de algumas das entidades supracitadas. A análise dos dados obtidos encontra-se em vias de conclusão e, ao final do projeto, pretende-se publicar esse diagnóstico.

Por diversos motivos – seja a acolhida mais ou menos favorável que o Saia da Rua recebeu entre as distintas entidades, seja a necessidade em delimitar um público certo –, as parcerias mais fortes se deram com a Pastoral de Rua, da Igreja Católica de Belo Horizonte, e com a Associação Municipal das Profissionais do Sexo. Este é um grupo organizado das profissionais do sexo que trabalham em situação extremamente precária, exploradas por uma máfia de cáftens, donos dos hotéis-prostíbulos do baixo-meretrício no hipercentro da cidade. Já a Pastoral de Rua, por meio do contato já mantido há anos com boa parte da população em situação de rua da região centro-sul da cidade, fez uma intermediação, possibilitando ao Saia da Rua um acesso facilitado a essas pessoas.

Desse modo, o projeto Saia da Rua vem acompanhando e criando vínculos com dois grupos bastante diversos: as profissionais do sexo integrantes da associação e algumas mulheres em situação de rua e/ou trabalhadoras de rua apresentadas pela Pastoral. O vínculo maior, no entanto, se dá com a Associação das Profissionais do Sexo que acolheu com entusiasmo o projeto, devido à

sua configuração: muitas destas mulheres já não têm idade e saúde para continuar na prostituição, e largar a atividade torna-se mais que uma opção, uma necessidade imperiosa.

O Saia da Rua encontra-se, no momento, no início de seu principal objetivo: a formação de uma cooperativa de produção. Primeiramente, acompanhamos o grupo de mulheres durante, aproximadamente, nove meses, até que pudéssemos conhecê-las melhor, num processo mútuo de familiarização. Tal contato foi imprescindível para o desenvolvimento do projeto, não apenas pela necessidade de adquirirmos a confiança do grupo e apresentarmos o objetivo do Saia da Rua, mas, também, porque o objeto de produção da cooperativa não estava definido desde o início, pois deveria se coadunar com a vontade das cooperadas. Assim, foi vontade espontaneamente manifesta das mulheres que sejam produzidos artigos de moda íntima feminina. Atualmente, é oferecida ao grupo formado pelas profissionais do sexo, uma capacitação em design e artesanato, ministrada por uma empresa parceira. Ao fim desse curso, será oferecida a capacitação em costura, a fim de que, então, o grupo possa dar início ao processo produtivo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS

Com um grupo de mulheres finalmente definido e o início das capacitações para a produção, uma segunda fase de desafios se impõe ao Saia da Rua. Como dar coesão e evitar que o grupo se dissolva? Como fazer com que o grupo realmente assimile a forma solidária de gestão? E, mais adiante, como dar sustentabilidade à cooperativa, na competição do mercado? As perguntas se acumulam e só poderão ser respondidas com o desenrolar da pesquisa e das ações. Além disso, surgem outras questões decorrentes da configuração do pú-

blico por fim delimitado: o fato de se tratarem de profissionais do sexo. Preconceito, identidade e estigma são alguns dos novos temas a serem problematizados.

Almeja-se, com o desenvolvimento dessa pesquisa, o subsídio a ações

Notas

¹ Tripp (ibid., p. 445-446) considera investigação-ação como “termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela”, gênero do qual a pesquisa-ação é espécie.

² Não à toa Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1986), já falava na construção social da mulher ao afirmar que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher.

³ Conforme o delimita Castro (2005), como sendo as décadas 50 e 60.

⁴ Trata-se de um estereótipo amplamente difundido na cultura brasileira. Del Piori (2006) o expressa na pele da mulher passiva e submissa, voltada para o lar, a serviço do homem e organizadora de suas relações sociais e cotidianas.

⁵ Lembrando o texto homônimo de Pierucci (1999).

de geração de trabalho e renda que sejam capazes de criar condições para o reconhecimento dessas mulheres não apenas por parte de instituições de filantropia, mas por toda a sociedade. Essa travessia significa a passagem da condição de excluídas para se tornarem sujeitos de políticas públicas. Assim, acredita-se que por meio do trabalho em condições dignas será possível a emancipação dessas mulheres, para que, além de serem reconhecidas, se reconheçam como sujeitos de direitos, se autoafirmem no mercado de trabalho e possam amparar suas famílias e filhos, aumentando-lhes a chance de um futuro diferente e promissor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *2º Censo de População em Situação de Rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10 – realização de ações de atendimento sócio-assistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população de rua*. Belo Horizonte, 2006.

BRASIL, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*,

2008. Brasília, 2008. 205p.

CASTRO, Bartyra Ribeiro de. A mulher e a psicanálise: construção da sociedade atual. In: *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*. São Paulo: Eólia, v. 43, 2005. p. 92-100.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza; DIAS, Maria Tereza Fonseca. *(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. 2ª ed. Belo Horizonte, Del Rey, 2006.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. 3ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1988.
PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*, v. 1. São Paulo: Editora 34, 1999.

ROSALDO, Michelle. *A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica*. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Bárbara Néri Moreira é graduanda do curso de Direito da UFMG, - 2º período,

Eliza de Carvalho Cyrillo é graduanda do curso de Direito da UFMG, - 2º período ,

Fernanda de Lazari Cardoso é mestranda em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Sustentável (UNA),

Isabella Gonçalves Miranda é graduanda do curso de Ciências Sociais da UFMG, - 3º período

Júlia Leite Valente é graduanda do curso de Direito da UFMG, - 5º período

Juliana Roela Saraiva é graduanda do curso de Psicologia pelo Centro Universitário Newton Paiva - 9º período.

Luiz Philipe De Caux é graduando do curso de Direito da UFMG, - 5º período

Pedro Mendes Rufino Barbosa é graduando do curso de Ciências Sociais da UFMG, - 3º período

Sielen Barreto Caldas é doutoranda em Direito do Trabalho (UFMG.),

Tamara Regina Caldeira Moraes é graduanda do curso de Direito da UFMG, - 5º período

Vinicius Cunha Barcelos é graduando do curso